Supremo Tribunal de Justiça
Processo nº 15786/16.2T8LSB.S1

Relator: PINTO HESPAÑHOL

Sessão: 07 Setembro 2017

Número: SJ

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: REVISTA

Decisão: CONCEDIDA A REVISTA

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR

CADUCIDADE

CADUCIDADE DA AÇÃO

EXCEÇÃO PERENTÓRIA

PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO DA DEFESA

PRINCÍPIO DA PRECLUSÃO

Sumário

1. A exceção perentória de caducidade da ação de impugnação de sanção disciplinar, porque não versa sobre direitos indisponíveis, mas antes sobre direito que está na livre disposição das partes, não é de conhecimento oficioso, necessitando de ser invocada por aquele a quem aproveita, de acordo com o estatuído nos conjugados artigos 303.º e 333.º, n.º 2, do Código Civil.
2. O princípio da concentração da defesa exige que esta seja deduzida, totalmente, na contestação, salvo os casos de exceções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente, sob pena de preclusão da possibilidade de efetuar a mencionada dedução.
3. A ré/empregadora, ao invocar a exceção de caducidade da ação de impugnação de sanção disciplinar aplicada à trabalhadora após a contestação e em requerimento autónomo, infringindo o princípio da concentração da defesa, acolhido no n.º 1 do artigo 573.º do Código de Processo Civil, perdeu o direito de deduzir tal exceção, pelo que o tribunal não poderia ter conhecido da sobredita invocação.

Texto Integral

Acordam na Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça:

I

1. Em 22 de junho de 2016, na Comarca de Lisboa, Lisboa — Instância Central — 1.ª Secção do Trabalho — J7, AA propôs ação declarativa, com processo comum, emergente de contrato de trabalho contra CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S. A., pedindo (i) seja declarada como abusiva a sanção disciplinar de 22 dias de suspensão do trabalho com perda de retribuição e antiguidade, que a ré lhe aplicou, (ii) a condenação da ré a pagar-lhe as retribuições que não recebeu, em virtude da aplicação daquela sanção disciplinar, que ascendem a € 2.399, à data da instauração da presente ação, (iii) a condenação da ré a pagar-lhe a indemnização prevista no n.º 5 do artigo 331.º do Código do Trabalho, no valor de € 23.990, (iv) a condenação da ré a pagar-lhe € 10.000, a título de indemnização por danos não patrimoniais, (v) tudo com as legais consequências, «nomeadamente e para os efeitos da carreira contributiva da autora na Segurança Social», e (vi) que a ré seja condenada a pagar-lhe juros de mora legais, desde a data da citação até integral pagamento, as custas do processo, procuradoria condigna e demais encargos legais.

Frustrada a conciliação na audiência de partes, a ré apresentou contestação em que, como ponto prévio, requereu a não admissão da testemunha Dr.ª BB, indicada pela autora, excecionou a existência de caso julgado em relação ao exposto nos artigos 10.º a 13.º e 15.º C e D da petição inicial e impugnou, quanto ao mais, a matéria alegada pela autora, defendendo, a final, a procedência da exceção deduzida, a improcedência da ação e a sua absolvição do pedido.

Notificadas as partes da data agendada para a realização do julgamento e, posteriormente, para identificarem a ação, pendente em tribunal, na qual a autora impugnou o respetivo despedimento, e informar sobre o estado desse pleito, a ré veio apresentar requerimento, onde, para além do mais, invocou «a caducidade do direito de ação da Autora, porquanto, à data de instauração da presente ação, já o prazo de impugnação se encontrava ultrapassado»,

concluindo que o tribunal devia «julgar procedente a caducidade do direito da Autora de impugnar a sanção disciplinar».

A autora não respondeu à exceção perentória deduzida pela ré.

Após a junção ao processo de quatro documentos referidos na contestação, o tribunal de primeira instância proferiu despacho saneador, com o valor de sentença, que julgou procedente a invocada exceção, nos termos que se passam a transcrever:

«Veio a R. invocar a exceção de caducidade do direito de ação da A.

Esta, notificada, nada respondeu.

Tudo visto, porque o estado da causa o permite, passemos a conhecer desta exceção.

São os seguintes os factos com relevância para a decisão da exceção em análise:

1. Na sequência de processo disciplinar contra si instaurado pela R., foi a A. punida com a sanção de 22 dias de suspensão de trabalho com perda de retribuição e antiguidade.

2. Esta decisão foi proferida pela R., em 27 de Janeiro de 2015, e comunicada à A., em 11 de Fevereiro de 2015.

3. Em 2 de Março de 2015, a A. reclamou hierarquicamente desta sanção, vindo tal reclamação a ser indeferida e confirmada a decisão disciplinar, em 25 de Junho de 2015, o que foi comunicado à A., em 29 de Junho seguinte.

4. A A. cumpriu a sanção disciplinar em causa entre os dias 30 de Junho e 21 de Julho de 2015.

5. A presente ação foi interposta no dia 23 de Junho de 2016.

A caducidade configura uma exceção perentória, em regra de conhecimento dependente de arguição pelo interessado, que, em caso de procedência, determina a absolvição da R. do pedido — artigos 576.º, n.º 3, 579.º, este do Código de Processo Civil, e 333.º do Código Civil.

Preliminarmente diga-se que a prova da caducidade, enquanto facto extintivo do direito da A., impende sobre a R. — artigo 342.º do Código Civil.

O prazo de caducidade a ter em conta nestes autos, como tem sido entendido pela quase unanimidade da nossa jurisprudência, uma vez que está em causa a impugnação de uma sanção disciplinar, é de um ano a contar da data em que a mesma sanção foi aplicada.⁽⁻⁾

E este ano conta-se desde a data da comunicação ao trabalhador da aplicação da sanção e não do momento em que a mesma possa colher os seus efeitos práticos, *maxime* o momento em que é descontada a retribuição correspondente à sanção aplicada ou aquele em que o trabalhador cumpre a suspensão.

Assim mesmo decidiu, entre outros, lapidariamente o Acórdão do STJ, de 20/05/1998:

“Afigura-se como mais correta a solução de que a reclamação terá de ser feita no prazo de um ano a contar da comunicação da aplicação da sanção.

Esta solução é a que melhor se harmoniza com os princípios da estabilidade e certeza do direito disciplinar, evitando que se fique vários anos — 10, 15... — sem se saber se determinada sanção se mantém ou é anulada.”
(-)

E mais recentemente:

“O prazo de impugnação das sanções disciplinares não abusivas e conservatórias da manutenção do contrato de trabalho possui a natureza de um prazo de caducidade e é de um ano contado desde a comunicação da referida pena disciplinar ao trabalhador.» (-)

Compulsados os factos dados como assentes é mister considerar procedente a invocada caducidade.

Está assente que a decisão de aplicação da sanção disciplinar foi comunicada à A. no dia 11 de Fevereiro de 2015 e que esta demanda foi intentada apenas no dia 23 de Junho de 2016, bem mais de um ano depois daquele primeira data.

A circunstância da A. ter recorrido hierarquicamente da decisão não tem relevo para a interrupção ou suspensão do prazo de caducidade em causa. Com efeito, este só se interrompe ou suspende nos casos previstos na lei — artigo 328.º do Código Civil.

Todos os demais pedidos da A. dependem da apreciação e da ilicitude da sanção disciplinar aplicada, pelo que terão todos de ter o mesmo destino: a improcedência.

Face ao exposto, julgamos procedente a invocada caducidade do direito de ação da A. e em consequência absolvemos a R. de tudo o peticionado.

Custas pela A. — artigo 527.º do Código de Processo Civil.

Fica sem efeito o julgamento agendado em audiência de partes.

Registe e notifique.»

2. Inconformada, a autora interpôs recurso *per saltum* de revista para este Supremo Tribunal, formulando, quanto ao respetivo objeto, as conclusões seguintes:

«1.^a O Douto Tribunal *a quo* ao decidir dar provimento à exceção de caducidade invocada pela R., em requerimento autónomo e momento posterior à apresentação da sua contestação, viola o disposto nos artigos 573.º e 672.º do Código de Processo Civil, por preterição de caso julgado formal;

2.^a O Douto Tribunal *a quo* ao decidir dar provimento à exceção de caducidade invocada pela R., com fundamento de que a Recorrente teria um ano a contar da data da comunicação da sanção pelo empregador à trabalhadora para impugnar judicialmente a mesma, está a violar o disposto nos artigos:

a) 26.1; 38.1 e 331.2 da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro (revisão do Código do Trabalho);

b) 337.1; 337.2 e 345 da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto (Código do Trabalho);

c) 10.º e 287.º do DL n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966 (Código Civil).

A final, sustenta que «deve a Sentença *a quo* ser alterada por forma a:

a) Declarar o caso julgado formal e conseqüente prossecução dos ulteriores termos processuais;

b) Ordenar que se efetue a audiência de julgamento para que se possa aferir, por prova a efetuar no mesmo, do caráter abusivo da sanção e posteriormente da exceção de caducidade do direito à impugnação judicial da Recorrente.»

A ré contra-alegou, propugnando a confirmação do julgado e aduzindo, em síntese, que «tendo sido válida, legal e tempestivamente arguida esta caducidade por parte da Recorrida não poderia ter sido outra a sentença proferida pelo Tribunal de 1.^a Instância», sendo que a recorrente, «não tendo invocado, em momento próprio — entenda-se, até 4 de Janeiro de 2016 — a sua não concordância com a alegada exceção de caducidade, cremos que agora, em sede de recurso, já é extemporânea a defesa apresentada», o que consubstanciará «um abuso de direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*, na medida em que, quando poderia ter feito algo, optou por nada fazer/responder, [s]ujeitando-se, por isso, ao que o Tribunal de 1.^a Instância pudesse vir a decidir», aditando que não se configura «qualquer violação ao disposto nos artigos 573.º e 620.º do NCP, como alega a Recorrente».

Neste Supremo Tribunal, o Ex.^{mo} Procurador-Geral-Adjunto emitiu parecer, no qual explicitou o acervo conclusivo subsequente:

- Face à lacuna existente no Código do Trabalho no que toca ao prazo para instaurar ação de impugnação de sanção disciplinar conservatória, dever-se-á entender que aquele prazo é de um ano, contado do dia em que o trabalhador foi notificado da aplicação da sanção;
- Trata-se de um prazo de caducidade;
- O direito de ação deve ser tido como direito indisponível — artigo 20.º da CRP;
- Da conjugação do disposto nos artigos 303.º e 333.º, n.º 2, do CC, *in casu*, o conhecimento da caducidade do mencionado direito deverá ser oficioso;
- A situação dos autos constitui uma daquelas em que o legislador admite ser possível que, após a contestação, possam ser invocadas exceções, sem que isso conflite com a norma ínsita no artigo 573.º do CPC, razões pelas quais se emite parecer no sentido de ser negada a revista [...].»

O mencionado parecer, notificado às partes, não obteve resposta.

3. No caso, as questões suscitadas são as que se passam a enunciar, segundo a ordem lógica que entre as mesmas intercede:

- Se a exceção de caducidade invocada pela ré, em requerimento autónomo e em momento posterior à apresentação da contestação, não foi arguida tempestivamente, pelo que o tribunal recorrido não devia ter conhecido daquela invocação (conclusão 1.ª da alegação do recurso de revista);
- Concluindo-se pela tempestividade da arguição da assinalada exceção, se esta deve improceder (conclusão 2.ª da alegação do recurso de revista).

Preparada a deliberação, cumpre julgar o objeto do recurso interposto.

II

1. Para além da factualidade contida no ponto **1.** do relatório que antecede, nenhuma outra importa discriminar com vista ao exame das questões suscitadas.

2. O tribunal recorrido julgou procedente a invocada exceção perentória da caducidade do direito de ação para impugnação da sanção disciplinar de 22 dias de suspensão do trabalho com perda de retribuição e antiguidade e, em consequência, absolveu a ré de tudo o peticionado na presente ação.

A autora discorda, propugnando que o tribunal recorrido, ao decidir «dar provimento à exceção de caducidade invocada pela R., em requerimento autónomo e momento posterior à apresentação da sua contestação, viola o disposto nos artigos 573.º e 672.º do Código de Processo Civil, por preterição de caso julgado formal».

2.1. O prazo para a propositura de ações está sujeito, em regra, ao regime da caducidade, tal como estabelece o n.º 2 do artigo 298.º do Código Civil, nos termos do qual, «[q]uando, por força da lei ou por vontade das partes, um direito deva ser exercido dentro de certo prazo, são aplicáveis as regras da caducidade, a menos que a lei se refira expressamente à prescrição».

Ora, o n.º 7 do artigo 329.º do Código de Trabalho reconhece ao trabalhador o direito de ação judicial com vista à impugnação de sanções disciplinares, sendo que este Supremo Tribunal tem vindo a entender que «[é] de caducidade o prazo de que os trabalhadores dispõem para impugnar judicialmente uma sanção disciplinar que lhes tenha sido aplicada pela sua [empregadora], pois trata-se de um direito que deve ser exercido através de uma ação judicial, a intentar dentro de determinado prazo» (cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 6 de dezembro de 2011, Processo n.º 338/08.97TTLSB.L1.S1, da 4.ª Secção), que «[a]s sanções disciplinares laborais não abusivas, distintas do despedimento, devem ser impugnadas no prazo de um ano a contar da data da sua comunicação ao infrator» (cf. Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 12 de fevereiro de 2014, Processo n.º 298/12.1TTMTS-A.P1.S1, e de 19 de fevereiro de 2014, Processo n.º 4272/08.4TTLSB.L1.S1, ambos da 4.ª Secção) e, doutro passo, que «[e]stando em causa a impugnação de sanções abusivas diversas do despedimento, a ação respetiva pode ser instaurada até um ano após o termo da relação de trabalho, estando os créditos derivados da respetiva aplicação sujeitos ao regime de prescrição decorrente do n.º 1 do artigo 337.º do Código do Trabalho de 2009 e aos conditionalismos probatórios previstos no n.º 2 do mesmo artigo, quando vencidos há mais de cinco anos» (cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12 de fevereiro de 2014, citado).

2.2. Segundo o estatuído no artigo 333.º do Código Civil, «[a] caducidade é

apreciada oficiosamente pelo tribunal e pode ser alegada em qualquer fase do processo, se for estabelecida em matéria excluída da disponibilidade das partes» (n.º 1); mas, «[s]e for estabelecida em matéria não excluída da disponibilidade das partes, é aplicável à caducidade o disposto no artigo 303.º» (n.º 2), ou seja, necessita, para ser eficaz, de ser invocada «por aquele a quem aproveita, pelo seu representante ou, tratando-se de incapaz, pelo Ministério Público».

Através da presente ação, a autora veio impugnar a sanção disciplinar que lhe foi aplicada pela respetiva empregadora, de 22 dias de suspensão do trabalho com perda de retribuição e antiguidade, sendo que a caducidade, na situação em apreço, não é de conhecimento oficioso, na justa medida em que está estabelecida em matéria não excluída da disponibilidade das partes.

Efetivamente, a impugnação judicial de sanção disciplinar pelo trabalhador corresponde a um direito cujo exercício depende apenas do seu livre entendimento e da sua vontade, na sequência da comunicação da decisão de aplicação da sanção.

Assim, no caso, a caducidade do direito de ação judicial conferido à autora, face ao disposto nos conjugados artigos 303.º e 333.º, n.º 2, ambos do Código Civil, não pode ser apreciada oficiosamente pelo tribunal, carecendo de ser invocada por aquele a quem aproveita, isto é, pela ré/empregadora, competindo a esta o respetivo ónus de alegação e prova, nos termos do n.º 2 do artigo 342.º do Código Civil.

2.3. O artigo 573.º do Código de Processo Civil, intitulado «*Oportunidade de dedução da defesa*», prevê que «[t]oda a defesa deve ser deduzida na contestação, excetuados os incidentes que a lei manda deduzir em separado» (n.º 1), determinando que «[d]epois da contestação só podem ser deduzidas as exceções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente» (n.º 2), sendo que o apontado complexo normativo se projeta, subsidiariamente, nos processos de natureza laboral, nos termos do artigo 1.º, n.º 2, alínea *a*), do Código de Processo do Trabalho.

No dizer de JOSÉ LEBRE DE FREITAS (*A Ação Declarativa Comum - À Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, setembro 2013, pp. 97-98), estão em causa, no n.º 2 do artigo 573.º citado: «meios de defesa supervenientes, abrangendo quer os casos em que o facto

em que eles se baseiam se verifica supervenientemente (superveniência objetiva), quer aqueles em que esse facto é anterior à contestação, mas só posteriormente é conhecido pelo réu (superveniência subjetiva), devendo em ambos os casos ser alegado em articulado superveniente (art. 588-2)⁽⁻⁾; meios de defesa que a lei expressamente admita posteriormente à contestação⁽⁻⁾; meios de defesa de que o tribunal pode conhecer oficiosamente⁽⁻⁾, abrangendo a impugnação de direito (art. 5-3) e a maioria das exceções dilatórias (art. 578) e perentórias (art. 579)⁽⁻⁾, sem prejuízo de os factos em que as exceções se baseiem só poderem ser introduzidos no processo pelas partes (salvo os casos excepcionais em que é permitido o seu conhecimento oficioso: art. 412), na fase dos articulados ou com os limites definidos para a alegação de facto em articulado superveniente [...]⁽⁻⁾.»

E, prosseguindo, o mencionado AUTOR sintetiza: «Corolário do princípio da concentração é a preclusão. O réu tem o ónus de, na contestação, impugnar os factos alegados pelo autor, alegar os factos que sirvam de base a qualquer exceção dilatória ou perentória (exceções apenas as que forem supervenientes)⁽⁻⁾ e deduzir as exceções não previstas na norma excepcional do art. 573-2. Se não o fizer, preclui a possibilidade de o fazer⁽⁻⁾» (*ob. cit.*, pp. 98-99).

No caso, não se configura qualquer das situações excepcionais a que alude o n.º 2 do artigo 573.º do Código de Processo Civil; com efeito, não está em causa um meio de defesa superveniente, nem a caducidade do direito de impugnação judicial de sanção disciplinar exercido pela autora constitui um meio de defesa cujo exercício a lei expressamente admita após a contestação, nem é de conhecimento oficioso.

Nestes termos, a ré deveria, em sede de contestação, ter invocado a exceção de caducidade do direito de impugnação judicial da sanção disciplinar aplicada, tanto mais que o facto que fundamenta a caducidade (decorso do prazo de um ano entre a data da comunicação da sanção e a data da propositura da ação) era do conhecimento da ré à data em que apresentou a respetiva contestação.

Tudo para concluir que a ré, ao invocar a exceção de caducidade da ação de impugnação de sanção disciplinar aplicada após a contestação e em requerimento autónomo, infringindo o princípio da concentração da defesa,

estabelecido no artigo 573.º do Código de Processo Civil, perdeu o direito de deduzir tal exceção, pelo que o tribunal recorrido não poderia ter conhecido daquela invocação.

E não se diga, como sustenta a ré na atinente alegação, em sede de recurso de revista, que a autora, «não tendo invocado, em momento próprio [...] a sua não concordância com a alegada exceção de caducidade, cremos que agora, em sede de recurso, já é extemporânea a defesa apresentada», o que consubstanciará «um abuso de direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*, na medida em que, quando poderia ter feito algo, optou por nada fazer/responder, [s]ujeitando-se, por isso, ao que o Tribunal de 1.ª Instância pudesse vir a decidir».

O abuso do direito, tal como se prevê na norma do artigo 334.º do Código Civil, traduz-se no exercício ilegítimo de um direito, resultando essa ilegitimidade do facto de o seu titular, ao exercê-lo, exceder manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito.

Conforme se esclarece no Acórdão deste Supremo Tribunal, de 30 de março de 2006 (Processo n.º 3921/05, da 4.ª Secção), o abuso do direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*, «caracteriza-se pelo exercício de uma posição jurídica em contradição com uma conduta antes assumida ou proclamada pelo agente. Como refere Baptista Machado⁽⁻⁾, o ponto de partida do *venire* é “uma anterior conduta de um sujeito jurídico que, objetivamente considerada, é de molde a despertar noutrem a convicção de que ele também no futuro se comportará, coerentemente, de determinada maneira”, podendo “tratar-se de uma mera conduta de facto ou de uma declaração jurídico-negocial que, por qualquer razão, seja ineficaz e, como tal, não vincule no plano do negócio jurídico”. Todavia, para que o *venire* se verifique não basta a existência de condutas contraditórias. É necessário que a conduta anterior tenha criado na contraparte uma situação de confiança, que essa situação de confiança seja justificada e que com base nessa situação de confiança a contraparte tenha tomado disposições ou organizado planos de vida de que lhe surgirão danos irreversíveis, isto é, que tenha investido nessa situação de confiança e que esse investimento não possa ser desfeito sem prejuízos inadmissíveis⁽⁻⁾».

Ora, a conduta da autora, ao não deduzir resposta à propugnada exceção de caducidade, não só não preclui o direito ao recurso para defesa dos seus

direitos e interesses legalmente protegidos (cf. artigo 2.º, n.º 2, do Código de Processo Civil), como não consubstancia abuso do direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*, porque não é de molde a criar a convicção, na contraparte, de que a autora reconhecia que a exceção de caducidade tinha sido válida, legal e tempestivamente arguida e renunciava ao recurso, donde não se descortina o abuso do direito aduzido.

Nestes termos, procede a conclusão 1.ª da alegação do recurso de revista.

3. A autora alega que, mesmo que se entenda que é tempestiva a invocação da exceção de caducidade deduzida, tal exceção perentória deve improceder; porém, tendo-se concluído que não se podia conhecer da referida exceção, fica prejudicado o conhecimento da questão versada na conclusão 2.ª da alegação do recurso de revista.

De facto, o n.º 2 do artigo 608.º do Código de Processo Civil, aplicável aos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do disposto nos conjugados artigos 663.º, n.º 2, e 679.º do mesmo Código, estabelece que o tribunal deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, excetuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras.

III

Pelo exposto, delibera-se conceder a revista e revogar a decisão recorrida, no segmento impugnado, devendo a ação prosseguir os ulteriores termos processuais.

Custas, na 1.ª instância e na revista, a cargo da ré.

Anexa-se o sumário do acórdão.

Lisboa, 7 de setembro de 2017

Pinto Hespanhol (Relator)

Gonçalves Rocha

António Leones Dantas